



PERCEPÇÃO DOS GESTORES SOBRE AS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Auditoria Geral do Município



Percepção dos gestores sobre as atividades da Auditoria Interna no Município de São Paulo

Auditoria Geral do Município

São Paulo, 24 novembro de 2025.



Ricardo Nunes
Prefeito do Município de São Paulo

Daniel Falcão
Controlador Geral do Município

Thalita Abdala Aris
Chefe de Gabinete

Paula Yoshie Maeda
Auditora Geral do Município

Auditoria Geral do Município

Responsável pela Elaboração:
Thiago Marques Dutra

Equipe Responsável pela Revisão:
Paula Yoshie Maeda



Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

Auditoria Geral do Município (AUDI)

Auditora Geral do Município

Paula Yoshie Maeda

Coordenação

Equipe

Alexsandro Pereira de Almeida
Beatriz Yumi Suzuqui
Erika Lucio Paulino
Erika Yui Kanayama
Rafael Moreira Braga
Tiago Veloso da Silva
Valdomiro Pereira dos Santos

DCMR – Divisão de Auditoria Contábil e Monitoramento de Recomendações

Diretor

Paulo Yoshiro Yuuki

Equipe

Anelisa Zerlim
Helen Fernanda Biazon
Laura Rodas Borges Medina
Marcio Castellan Armond
Marta Regina Lima Rodrigues
Roberto Luiz Lozargo
Sônia Maria de Mello

DDG – Divisão de Auditoria de Desenvolvimento de Gestão

Diretor

Roberto Janny Teixeira Junior

Equipe

André de Souza Loureiro Silva
Luiz Fernando Schick



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

DDS – Divisão de Auditoria de Desenvolvimento Social

Diretora

Liara Macedo Rodrigues

Equipe

André Takashi Ueda Sakugawa
Carlos Eduardo de Oliveira
Paulo Henrique Ferreira Chiaratti
Pinkerton da Silva Rocha

DDU - Divisão de Auditoria de Desenvolvimento Urbano

Diretora

Marcos Taue

Equipe:

Fernanda Neves Magaldi

DEA – Divisão Especial de Apuração

Diretor

Homero de Paula Eduardo Garavello

Equipe

Damaris Di Donatto Ferreira Torquato
Gabriela de Souza Torres
Juliana Natália Custódio Silveira
Roberto Yassuo Palandi Sakata

DHM – Divisão de Auditoria de Desenvolvimento Humano

Diretor

Thiago Marques Dutra

Equipe

Estevão Smach
Leonardo Gurgel Cálipo

Sumário

1.	Introdução.....	8
2.	Justificativa.....	9
3.	Definição dos objetivos.....	9
4.	Referencial teórico	9
5.	Procedimentos Metodológicos	12
6.	Procedimentos para análise dos dados	13
	Pré-processamento e Codificação dos Dados	13
	Análise descritiva.....	14
	Análise de Confiabilidade (Coeficiente Alfa de Cronbach)	15
	Criação de Scores (Índices de Percepção)	15
	Análise Inferencial	16
	Análise da Percepção de Importância	17
7.	Resultados Encontrados	17
	Perfil dos Respondentes (Seção 1).....	17
	Análise Gráficas das escalas Likerts.....	21
	Análise de confiabilidade – Alpha de Conbrach	23
	Análise dos Índices	24
	Análise Transversal dos Índices versus Variáveis Categóricas	25
	Análise da percepção da importância	26
	Análise dos GAPs (Expectativa x Desempenho Percebido).....	27
8.	Análise dos Resultados e Considerações Finais.....	29
1.	ANEXO I – SECRETARIAS, ÓRGÃOS E ENTIDADES	31
2.	ANEXO II – OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO	35
3.	ANEXO III - QUESTIONÁRIO – PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DA AUDITORIA INTERNA	37
	REFERÊNCIAS	41



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditória Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

Índice de Figura

Figura 1- Quantidade de Respondentes por tipo de organização	18
Figura 2 - Quantidade de Respondentes por Tempo de Serviço	18
Figura 3 - Quantidade de Respondentes por Cargos	18
Figura 4 - Quantidade de Respondentes que participaram de treinamentos em auditoria	19
Figura 5 – Quantidade (%) de Respondentes que participaram de treinamento em auditoria por cargo.....	20
Figura 6 - Quantidade de Respondentes com participação em auditoria	20
Figura 7- Quantidade (%) de Respondentes com participação em auditoria por cargo ..	21
Figura 8 - Avaliação Consolidada da Auditoria Interna: Impacto, Qualidade e Atuação (P6 a P15)	22
Figura 9 – Ranking dos Temas de Atuação da Auditoria Interna segundo a Percepção dos Respondentes (Itens P16.1 a P16.7)	27
Figura 10 Análise dos GAPs entre Expectativa e Desempenho Percebido nos Temas da Auditoria Interna.....	28

1. Introdução

A Auditoria Interna (AI) é reconhecida como uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, destinada a agregar valor e aprimorar as operações das organizações. Seu principal propósito é assessorar a gestão na busca pela eficiência, eficácia e economicidade.¹

Ao longo do tempo, a AI passou por um processo de transformação, evoluindo de uma atuação predominantemente fiscalizadora para uma função estratégica, voltada ao apoio à gestão e à melhoria dos resultados organizacionais.

A AI desempenha papel na Governança, atuando como peça fundamental para assegurar a efetividade dos controles internos, a conformidade dos processos e a salvaguarda de ativos. No setor público, atuam como instrumentos de fortalecimento da governança, prevenção de irregularidades e melhoria da gestão dos recursos públicos.

Por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, a AI apoia as organizações na consecução de seus objetivos, avaliando e aprimorando os processos de gestão de riscos, controle e governança.

O marco legal da atividade de controle na administração pública brasileira encontra-se no artigo 74 da Constituição Federal de 1988², que determina que os Poderes mantenham Sistemas de Controle Interno. Cabe destacar que esse conceito, no âmbito constitucional, é mais amplo e não se confunde com o conceito operacional de controles internos adotado pelas organizações.

A Auditoria Interna Governamental (AIG) deve atuar prestando serviços de avaliação e consultoria para gestão, com foco nos riscos que impactam o alcance dos objetivos organizacionais, em conformidade com as Normas Globais de Auditoria Interna estabelecidos pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

No município de São Paulo, a Controladoria Geral do Município (CGM) foi criada pela Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013³, com a competência de assessorar o Prefeito em matérias relacionadas à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição e à prevenção e combate à corrupção.

¹ INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS (IIA). *Normas Globais de Auditoria Interna*. Disponível em: <https://iibrasil.org.br/korbillload/upl/editorHTML/uploadDireto/globalinternala-editorHTML-00000008-07052024134230.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.

² BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988.

³ SÃO PAULO (Município). Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013. Cria a Controladoria Geral do Município de São Paulo. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 28 mai. 2013. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15764-de-27-de-maio-de-2013>. Acesso em: 16 out. 2025.

Apesar da relevância da função, observa-se ainda certa limitação no conhecimento das atividades desempenhadas pela Auditoria Geral do Município por parte dos gestores públicos. Essa limitação pode afetar a efetividade das ações de auditoria, considerando que a relação entre auditor e auditado influencia diretamente a qualidade e o impacto dos trabalhos de avaliação.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral avaliar a percepção sobre a atividade da Auditoria Interna entre os gestores da administração pública municipal. O estudo busca subsidiar o aprimoramento da atividade de auditoria interna, por meio da mensuração da percepção dos gestores quanto ao impacto, à qualidade, ao estilo de atuação e aos temas prioritários da AI.

2. Justificativa

Enfrentamos na administração pública do município de São Paulo, certa incompreensão das atividades desempenhadas para auditoria geral do município, principalmente no que se refere a auditoria interna, o que pode influenciar na efetividade dos trabalhos de auditoria interna.

3. Definição dos objetivos

Objetivo Geral: Avaliar a percepção da qualidade da Auditoria Interna e o nível de conhecimento sobre o tema entre os gestores dos órgãos públicos do município de São Paulo.

Objetivos Específicos:

- Verificar como avaliam a eficácia da auditoria interna;
- Analisar se há diferenças na percepção entre diferentes órgãos, unidades que auditadas e não auditadas, etc.

4. Referencial teórico

Controle Interno, Sistema de Controle Interno, Auditoria Interna e seu propósito

A definição de “Controle Interno” mundialmente aceita é a do COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, ou Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway:

Processo conduzido pela estrutura de Governança, pela Administração e por outros Profissionais da entidade para apoiar a organização no alcance dos seus objetivos.

Definição de “Controle” e “Processo de Controle” pelo IIA:

O **controle** é qualquer **ação** adotada pela gestão, pelo conselho ou por outras partes, para gerenciar **riscos** e aumentar a probabilidade de que os **objetivos** e metas estabelecidos sejam alcançados.

Processo de controle são as políticas, procedimentos e atividades criados e implementados para gerenciar os riscos para que estejam dentro do nível de tolerância a risco de uma organização. (Grifo nosso)

Definição de auditoria interna segundo IIA:

A auditoria interna é um serviço independente e objetivo de avaliação e consultoria, criado para agregar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a atingir seus objetivos, a partir de uma abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e melhoria da eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controle.

A declaração de propósito da Auditoria Interna, previsto nas “Normas Globais de Auditoria Interna” diz:

A auditoria interna aprimora os seguintes aspectos da organização:

- Atingimento bem-sucedido de seus objetivos.
- Processos de governança, gerenciamento de riscos e controle.
- Tomada de decisões e supervisão.
- Reputação e credibilidade perante seus stakeholders.
- Capacidade de atender ao interesse público.

Segundo entendimento do Tribunal de Contas da União no estudo “Critérios Gerais de Controle Interno na Administração Pública”:

Conceito geral de “**controle**”:

“(...) é uma **ação** tomada com o propósito de certificar-se de que algo se cumpra de acordo com o que foi planejado.”

“**Controle interno, controles internos e sistema ou estrutura de controle(s) interno(s)** são expressões sinônimas, utilizadas para referir-se ao **processo** composto pelas **regras** de estrutura organizacional e pelo conjunto de **políticas e procedimentos** adotados por uma organização para a vigilância, fiscalização e verificação, que permite prever, observar, dirigir ou governar os eventos que possam impactar na consecução de seus objetivos.” (Grifo nosso)



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

Quais são as normas funções e atribuições da auditoria interna na prefeitura de São Paulo.

Lei nº 15.764 de 27 de maio de 2013, que criou a Controladoria Geral do Município de São Paulo dispõe:

Art. 119. Compete à Controladoria Geral do Município assistir, direta e imediatamente, o Prefeito no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria, a promoção da ética no serviço público, o incremento da moralidade e da transparência e o fomento ao controle social da gestão, no âmbito da Administração Municipal.

§ 1º A **Controladoria Geral do Município é o órgão central do Sistema de Controle Interno**, do Sistema de Corregedorias e do Sistema de Ouvidorias. (Grifo nosso)

Decreto nº 62.809, de 3 de outubro de 2023 que dispõe sobre a reorganização da Controladoria Geral do Município – CGM:

Art. 16. A Auditoria Geral do Município – AUDI tem as seguintes **atribuições**:

I - exercer as atividades de **órgão central do sistema de auditorias** da Administração Pública Municipal;

II - propor plano anual de atividades com base em análise de riscos, indicando as auditorias a serem efetuadas e executando aquelas determinadas pelo Controlador Geral, de acordo com os critérios de planejamento e de priorização previstos em normativo específico;

III - **verificar** a execução e os resultados da **utilização dos recursos públicos** quanto aos programas de governo e à qualidade do gerenciamento;

IV - **realizar auditorias** sobre a gestão dos recursos públicos municipais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados;

V - realizar atividades de auditoria e fiscalização nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais;

VI - **analisar a conformidade de processos, contratos, atos ou fatos** inquinados de irregularidade, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos;

VII - **apresentar recomendações** fundamentadas, relevantes e exequíveis, monitorando a implementação das providências cabíveis;

VIII - exercer outras atribuições correlatas e complementares na sua área de atuação. (Grifos nossos)

5. Procedimentos Metodológicos

O objetivo deste trabalho foi gerar conhecimentos práticos que contribuam com o desenvolvimento das atividades de auditoria interna. Para isso, adotou-se método quantitativo para mensurar e analisar estatisticamente a percepção de um grupo populacional por meio de amostra representativa.

Além disso, essa pesquisa caracterizou-se como descritiva, visando retratar a visão dos gestores sobre as atividades da auditoria interna.

Como procedimento técnico, utilizou-se o questionário, instrumento que permitiu coletar dados diretos junto ao público-alvo, a fim de compreender suas percepções de maneira estruturada.

Constitui a população desta pesquisa o conjunto de todas as unidades auditáveis dispostas nos artigos 119 e 120 da Lei Municipal nº 15.764, de 27 de maio de 2013, as quais compreendem os órgãos da administração direta e indireta do município de São Paulo, constantes do Anexo I.

A pesquisa abrangeu a totalidade do universo de 73 unidades, distribuídas entre 26 secretarias, 32 subprefeituras, 3 autarquias, 10 empresas públicas e 2 fundações. A aplicação do questionário foi direcionada aos secretários, titulares, chefes de gabinete, coordenadores e responsáveis pelo controle interno de cada uma delas.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário eletrônico, metodologia que confere maior credibilidade e transparência ao processo, além de facilitar a apuração, compilação e tratamento das informações. O instrumento foi elaborado com um número definido de questões, utilizando-se a escala Likert de 1 a 5.

A aplicação ocorreu por meio da ferramenta Google Forms. O link de acesso enviado oficialmente às unidades participantes via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), cabendo um prazo de 30 dias para resposta, prorrogável conforme a necessidade.

Complementarmente aos questionários, as seguintes fontes de informação foram utilizadas na pesquisa:

- Estudos anteriores sobre o tema;
- Dados e informações internas da Coordenadoria de Auditoria da CGM-SP;
- Dados públicos concernentes às unidades da amostra;
- Legislação pertinente.

O questionário estruturou-se em 2 (duas) seções, quais sejam:

- Seção 1: Perfil do respondente (cargo, tempo de serviço, experiência com auditoria).
- Seção 2: Percepção sobre o impacto, qualidade, estilo de atuação e temas prioritários da auditoria interna (escala de concordância).

6. Procedimentos para análise dos dados

A análise dos dados foi conduzida de forma sistemática, integrando abordagens quantitativas e qualitativas e mantendo alinhamento com os objetivos da pesquisa. O processo compreendeu as etapas de pré-processamento, codificação, tabulação e tratamento estatístico, com aplicação de diferentes técnicas analíticas conforme a natureza das variáveis. Entre os procedimentos empregados, destacaram-se: a análise descritiva (frequências, médias e medidas de dispersão), a análise de confiabilidade (verificação da consistência interna das escalas por meio do coeficiente alfa de Cronbach), a construção de índices e subíndices de percepção (medidas sintéticas representativas das dimensões avaliadas), a análise inferencial (testes estatísticos aplicados para identificar diferenças ou associações entre grupos) e a análise da percepção de importância (avaliação do grau de relevância atribuído pelos respondentes a determinados fatores).

Pré-processamento e Codificação dos Dados

Nesta etapa, os dados coletados foram organizados, tabulados e codificados de modo a permitir o tratamento estatístico e a análise comparativa entre as variáveis. A codificação visa transformar respostas textuais ou categóricas em valores numéricos, assegurando a padronização e a reproduzibilidade da análise.

a) Variáveis Demográficas (Seção 01):

As variáveis de perfil dos respondentes foram tratadas como variáveis categóricas, podendo ser nominais ou ordinais, conforme a natureza da informação.

- Exemplo de variável nominal: Cargo:
 - 1 = Secretário
 - 2 = Chefe de Gabinete
 - 3 = Coordenador
 - 4 = RCI.
- Exemplo de variável ordinal: Tempo de serviço:
 - 1 = Menos de 2 anos
 - 2 = 2 a 5 anos
 - 3 = 6 a 10 anos



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

- 4 = Mais de 10 anos.

As variáveis nominais permitirão identificar diferenças entre grupos sem hierarquia, enquanto as variáveis ordinais possibilitarão análises de tendência e ordenação.

b) Escala Likert (Seção 02):

As variáveis referentes às percepções e opiniões foram tratadas como variáveis ordinais, mediante atribuição de valores numéricos à escala Likert, o que possibilitará análises descritivas e inferenciais.

- Para as questões 6 a 15:
 - 1 = Discordo totalmente
 - 2 = Discordo parcialmente
 - 3 = Não tenho opinião
 - 4 = Concordo parcialmente
 - 5 = Concordo totalmente.
- Para a questão 16:
 - 1 = Nada importante
 - 2 = Pouco importante
 - 3 = Indiferente
 - 4 = Importante
 - 5 = Muito importante.

Essa codificação permitirá o cálculo de medidas de tendência central (médias e medianas), dispersão (desvio padrão) e distribuição de frequência, possibilitando identificar padrões e correlações entre as respostas.

Análise descritiva

A análise descritiva constituiu na caracterização dos respondentes e na síntese das percepções captadas pelo instrumento de pesquisa. O objetivo foi compreender o perfil dos participantes e identificar padrões, tendências e variações nas respostas obtidas.

Inicialmente, foi traçado o perfil demográfico e funcional dos respondentes, com base nas variáveis categóricas da Seção 1 do questionário. Foram elaboradas tabelas e gráficos apresentando a distribuição percentual dos participantes segundo secretaria, cargo, tempo de serviço e outras variáveis relevantes.

Essa etapa permitiu contextualizar de forma clara quem são os respondentes e de que grupos institucionais se originam as percepções analisadas, favorecendo a interpretação posterior dos resultados.

Em seguida, procedeu-se à análise das respostas referentes às 10 afirmativas (P6 a P15), baseadas em escala Likert de cinco pontos. Na análise da escala Likert, foi considerada como numérica, tomando como pressuposta que a escala refere-se à soma ou média das pontuações de múltiplos itens para medir um mesmo constructo.

Para cada item, foram calculadas as seguintes medidas como frequência e percentual de respostas, identificando sua distribuição em cada categoria da escala, representadas graficamente por meio de gráficos de barras empilhadas divergentes, permitindo identificar os pontos de convergência e divergência nas percepções.

Além disso, foram calculadas medidas de média e desvio-padrão, com posterior ordenação dos itens da maior para a menor média, possibilitando a construção de um ranking de percepção.

Análise de Confiabilidade (Coeficiente Alfa de Cronbach⁴⁵)

A análise de confiabilidade teve como objetivo verificar a consistência interna das escalas formadas pelos grupos de perguntas que compõem cada dimensão teórica do questionário. Esse procedimento assegura que os itens dentro de um mesmo fator realmente mensurem o mesmo conceito subjacente.

O coeficiente alfa de Cronbach (α) foi utilizado como medida de consistência interna. O α representa o grau de covariância entre os itens de uma mesma escala e varia de 0 a 1. Valores mais elevados indicam maior fidedignidade e homogeneidade entre os itens. De acordo com Nunnaly (1978), valores de $\alpha \geq 0,70$ são considerados indicativos de confiabilidade satisfatória.

O alfa de Cronbach foi calculado individualmente para cada bloco temático de questões (Impacto e Valor, Qualidade dos Produtos e Estilo de Atuação) e também para o constructo principal, englobando todas as variáveis (P6 a P15).

Criação de Scores (Índices de Percepção)

Com o objetivo de sintetizar as percepções dos respondentes e possibilitar comparações, foram criados *scores* (índices) de percepção para cada uma das três dimensões conceituais definidas pelo autor do estudo, além de um índice geral representando a percepção global sobre a atuação da unidade de auditoria.

⁴⁵ O *coeficiente alfa de Cronbach* é uma medida de consistência interna utilizada para avaliar a confiabilidade de um conjunto de itens ou indicadores que compõem uma escala. Valores mais próximos de 1 indicam maior confiabilidade do instrumento aplicado (DANCEY; REIDY, 2019).

⁵ O *coeficiente de Alfa de Cronbach* é calculado pela expressão:

$$\alpha = \frac{k}{k+1} \left(1 - \frac{\sum_{i=1}^k \sigma_i^2}{\sigma_T^2} \right)$$

em que k é o número de itens, σ_i^2 a variância de cada item e σ_T^2 a variância total. (CRONBACH, 1951)

Essas dimensões foram estabelecidas a partir de um referencial teórico prévio, fundamentado na lógica adotada para a estruturação do questionário.

Cálculo dos índices:

- Índice_Impacto = MÉDIA (P6, P7, P8, P9)
- Índice_Qualidade = MÉDIA (P10, P11)
- Índice_Estilo = MÉDIA (P12, P13, P14, P15)
- Índice_PercepçãoGeral = MÉDIA (P6 a P15)

Os índices são variáveis contínuas, variando entre 1 e 5, e representam o nível médio de percepção dos respondentes sobre cada dimensão avaliada. Valores mais altos indicam percepções mais positivas.

Análise Inferencial

Após a construção dos índices de percepção para cada dimensão, foi conduzida uma análise inferencial com o objetivo de verificar diferenças estatisticamente significativas entre grupos de respondentes, a partir de variáveis demográficas e de experiência.

Inicialmente, verificou-se a normalidade dos dados das variáveis derivadas dos índices através do teste de Shapiro-Wilk⁶⁷, o qual indicou que todas as variáveis derivadas apresentaram p-valores inferiores a 0,05, rejeitando a hipótese de normalidade. Esse resultado demonstra que as distribuições não seguem o padrão normal, característica esperada em pesquisas baseadas em escalas de percepção do tipo Likert, nas quais tende a haver concentração de respostas positivas.

Diante disso, foram empregados testes não paramétricos, que não exigem a suposição de normalidade e garantem maior robustez às inferências. Foi aplicado o teste de Kruskal-Wallis⁸⁹, equivalente não paramétrico da ANOVA, para comparar os índices médios

⁶ O teste de Shapiro-Wilk é um teste de normalidade empregado para verificar se os dados seguem uma distribuição normal. (DANCEY; REIDY, 2019).

⁷ O teste de Shapiro-Wilk utiliza o estatístico

$$W = \frac{(\sum a_i x_{(i)})^2}{\sum (x_i - \bar{x})^2}$$

para verificar a aderência dos dados à distribuição normal. (SHAPIRO; WILK, 1965).

⁸ O teste de Kruskal-Wallis é um teste não paramétrico utilizado para comparar três ou mais grupos independentes quando não se pode assumir a normalidade dos dados. Ele é baseado nas posições (ranks) dos valores em vez das médias (DANCEY; REIDY, 2019).

⁹ O teste de Kruskal-Wallis utiliza o estatístico:

$$H = \frac{12}{N(N + 1)} \sum_{j=1}^k n_j (\bar{R}_j - \bar{R})^2$$

O valor de H é comparado a uma distribuição qui-quadrado com $(k - 1)$ graus de liberdade. (KRUSKAL; WALLIS, 1952).

entre diferentes grupos das variáveis independentes. Para tanto, as perguntas foram separadas nos seguintes grupos:

- P2 – Categoria de Cargos
- P3 – Tempo de Serviço
- P4 – Participação em Treinamento
- P5 – Participação em Auditoria

Análise da Percepção de Importância

A análise da Percepção de Importância teve por objetivo identificar os temas e dimensões considerados prioritários pelos gestores em relação à atuação da unidade de auditoria. Essa etapa permite compreender onde a auditoria deve concentrar esforços e recursos para gerar maior valor percebido pelas unidades auditadas.

Inicialmente, foram calculadas as médias das respostas da questão P16. Essas médias foram ordenadas da maior para a menor, compondo um ranking de importância relativa na percepção dos respondentes.

Em seguida, realizou-se uma análise de lacunas (gap) entre a importância atribuída (P16) e o desempenho percebido nas dimensões correspondentes avaliadas na Seção 2 (P6 a P15).

O cálculo foi feito conforme a fórmula:

$$Gap = Média_{Importância} - Média_{Desempenh\, percebido}$$

Por exemplo, para o tema *Gestão de Riscos*, o gap poderia ser calculado como:

$$Gap_{Gestão\, de\, Riscos} = Média(P16.7_{Gestão\, de\, Riscos}) - Média(P6, P11)$$

7. Resultados Encontrados

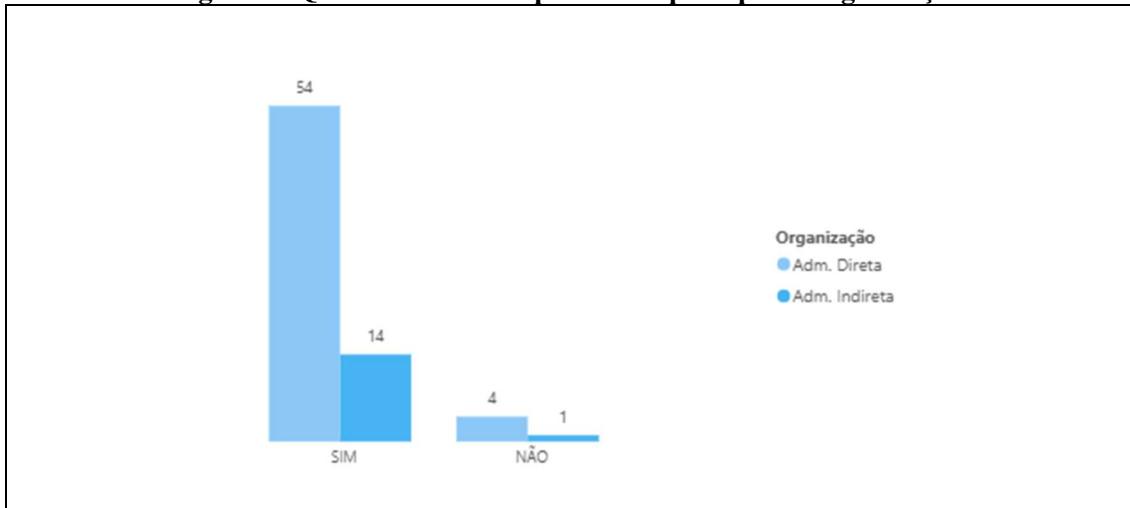
Perfil dos Respondentes (Seção 1)

O questionário foi respondido por 68 das 73 unidades enviadas, o que constituiu 93,15% de adesão à pesquisa. Das respondentes, 54 são da administração direta e 11 da indireta. Obteve-se um total de 241 respostas ao questionário enviado. Tendo sua distribuição de perfil ilustrado nos gráficos abaixo.

Dentre os pontos mais relevantes a serem destacados:

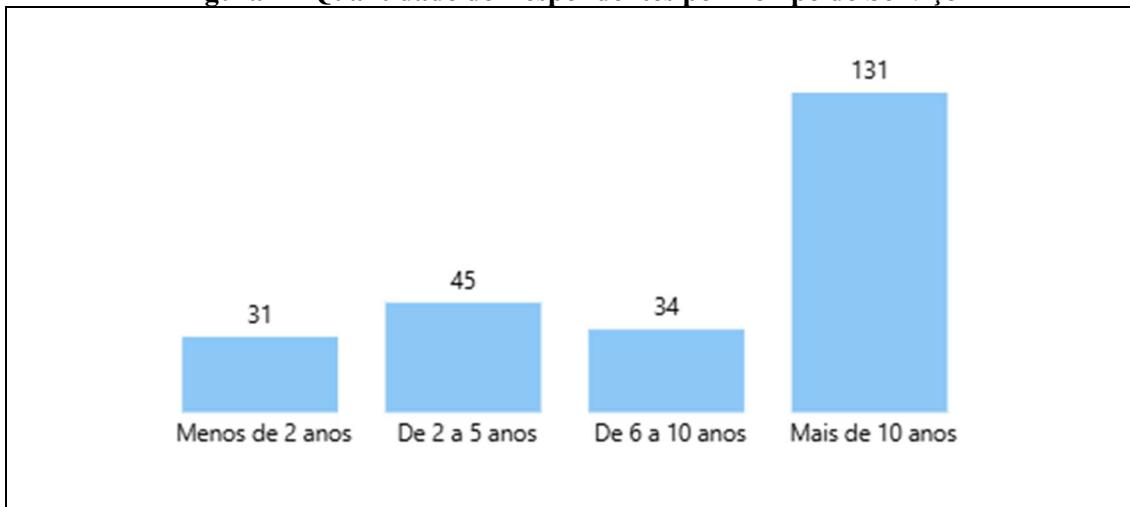
- 1) Mais de 54% dos respondentes possuem mais de 10 anos de tempo de serviço;
- 2) Mais de 65% dos respondentes estão em cargos de coordenação e RCIs. Tendo também uma participação relevante de secretários e chefias;
- 3) Participação em treinamento em 36,41% dos respondentes, concentrando em quase 50% nos RCIs;
- 4) 39,83% já participaram de auditorias, concentrando entre coordenadores e RCIs.

Figura 1- Quantidade de Respondentes por tipo de organização



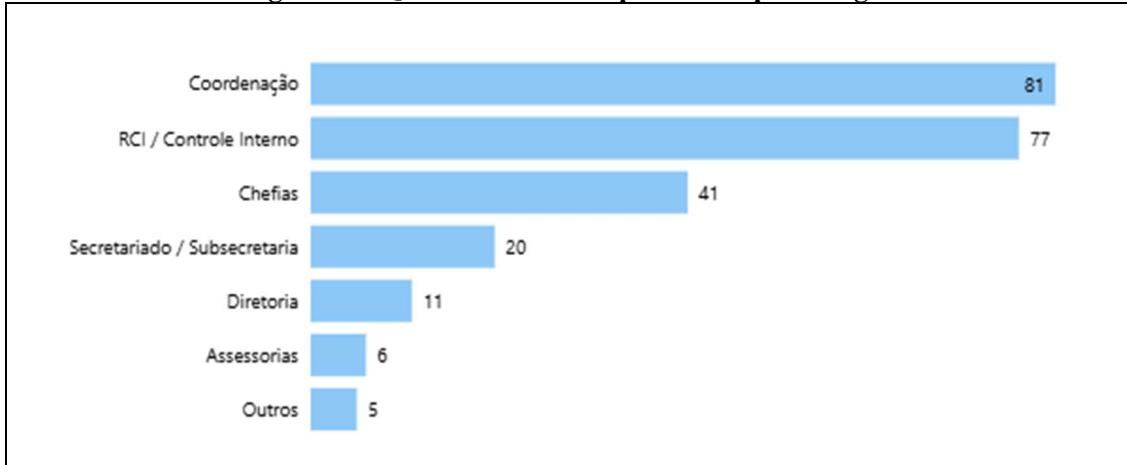
Fonte: CGM/AUDI

Figura 2 - Quantidade de Respondentes por Tempo de Serviço



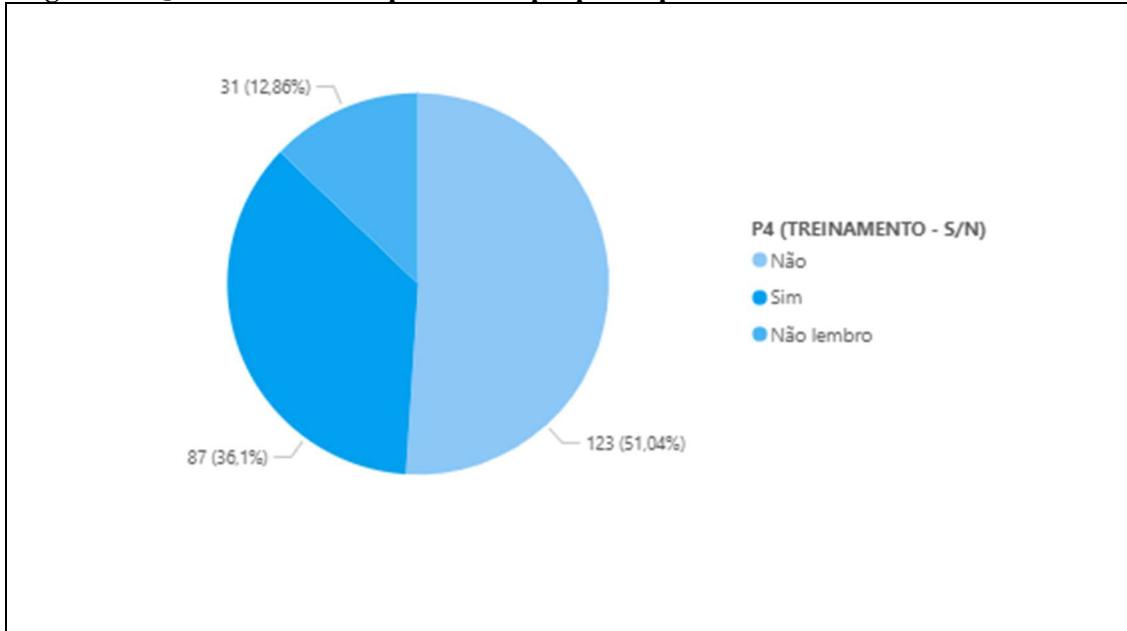
Fonte: CGM/AUDI

Figura 3 - Quantidade de Respondentes por Cargos



Fonte: CGM/AUDI

Figura 4 - Quantidade de Respondentes que participaram de treinamentos em auditoria



Fonte: CGM/AUDI

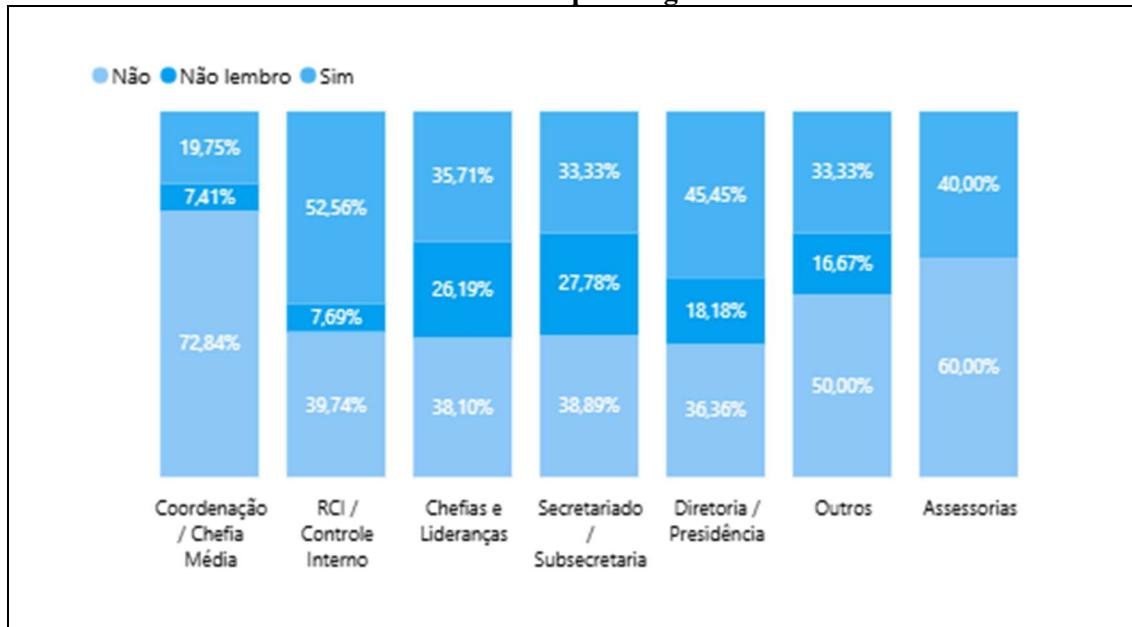


**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria Geral do Município

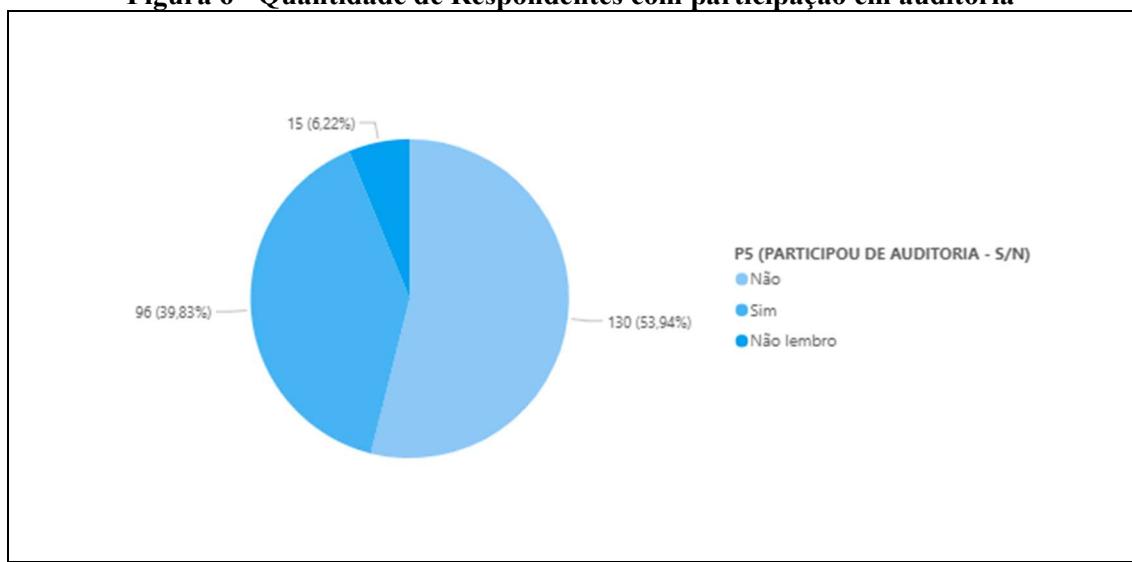
Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

Figura 5 – Quantidade (%) de Respondentes que participaram de treinamento em auditoria por cargo



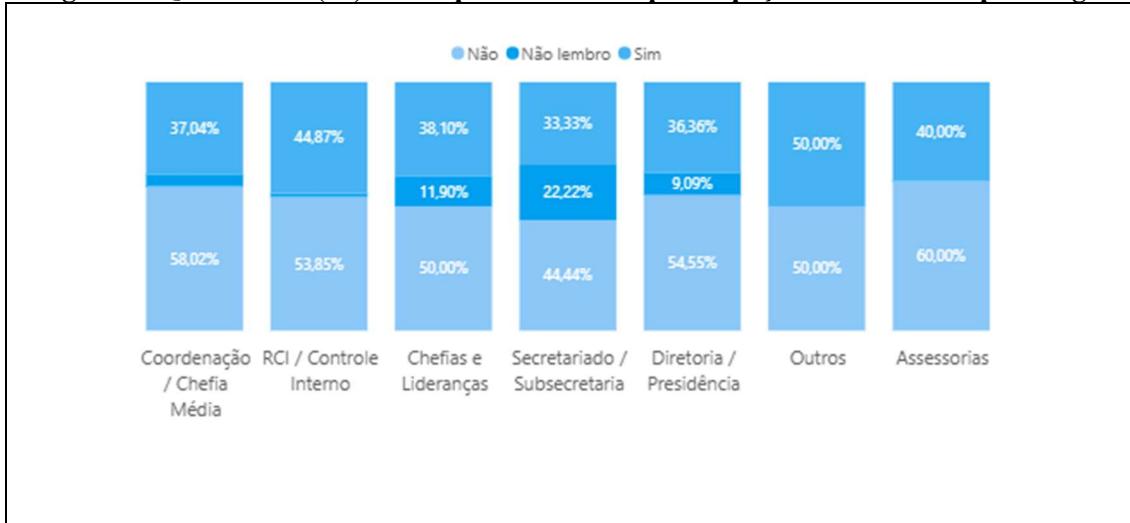
Fonte: CGM/AUDI

Figura 6 - Quantidade de Respondentes com participação em auditoria



Fonte: CGM/AUDI

Figura 7- Quantidade (%) de Respondentes com participação em auditoria por cargo



Fonte: CGM/AUDI

Análise Gráficas das escalas Likerts

Abaixo estão representados nos gráficos, a distribuição percentual das respostas de escala Likert, da Seção 2, de P6 a P15, dispostas de forma decrescentes da parcela de avaliação positiva.

De forma geral, os resultados apontam para uma percepção amplamente positiva dos respondentes em relação aos itens avaliados. Em todos os casos, a soma das respostas de concordância (“concordo” e “concordo totalmente”) superou 75%, evidenciando nível elevado de aprovação.

Os maiores índices de concordância foram observados nos itens P8 (97%), P6 (95%), P9 (91%) e P7 (91%), que se destacam por apresentarem forte consenso positivo entre os participantes. Em seguida, aparecem os itens P11 (88%), P10 (84%) e P12 (84%), que também demonstram avaliações favoráveis e consistentes.

Já os itens P13 (76%), P15 (75%) e P14 (75%) registraram percentuais de concordância ligeiramente inferiores, indicando maior diversidade nas percepções e sugerindo possibilidade de aprimoramento nesses aspectos específicos.

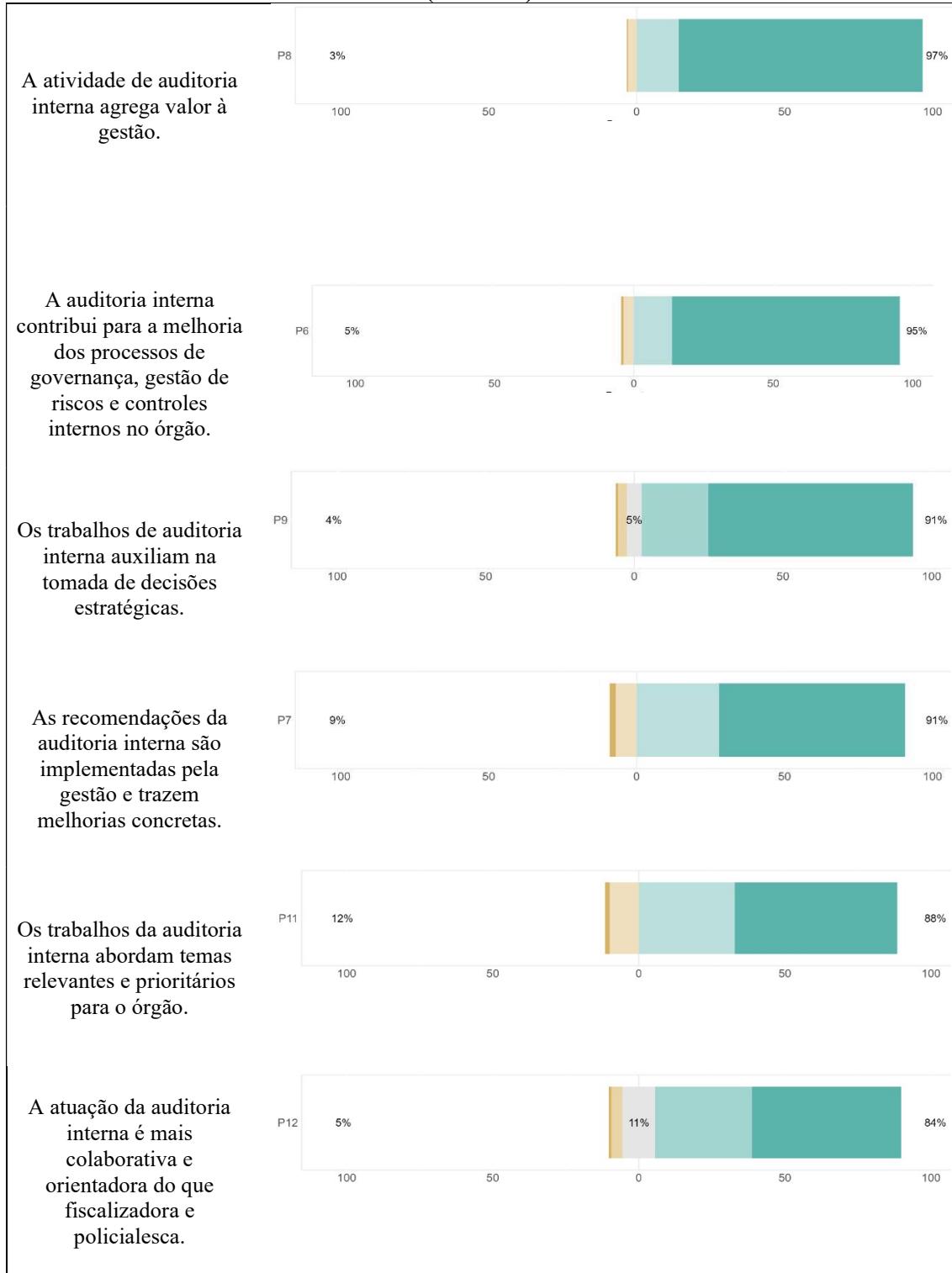


**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

**Figura 8 - Avaliação Consolidada da Auditoria Interna: Impacto, Qualidade e Atuação
(P6 a P15)**

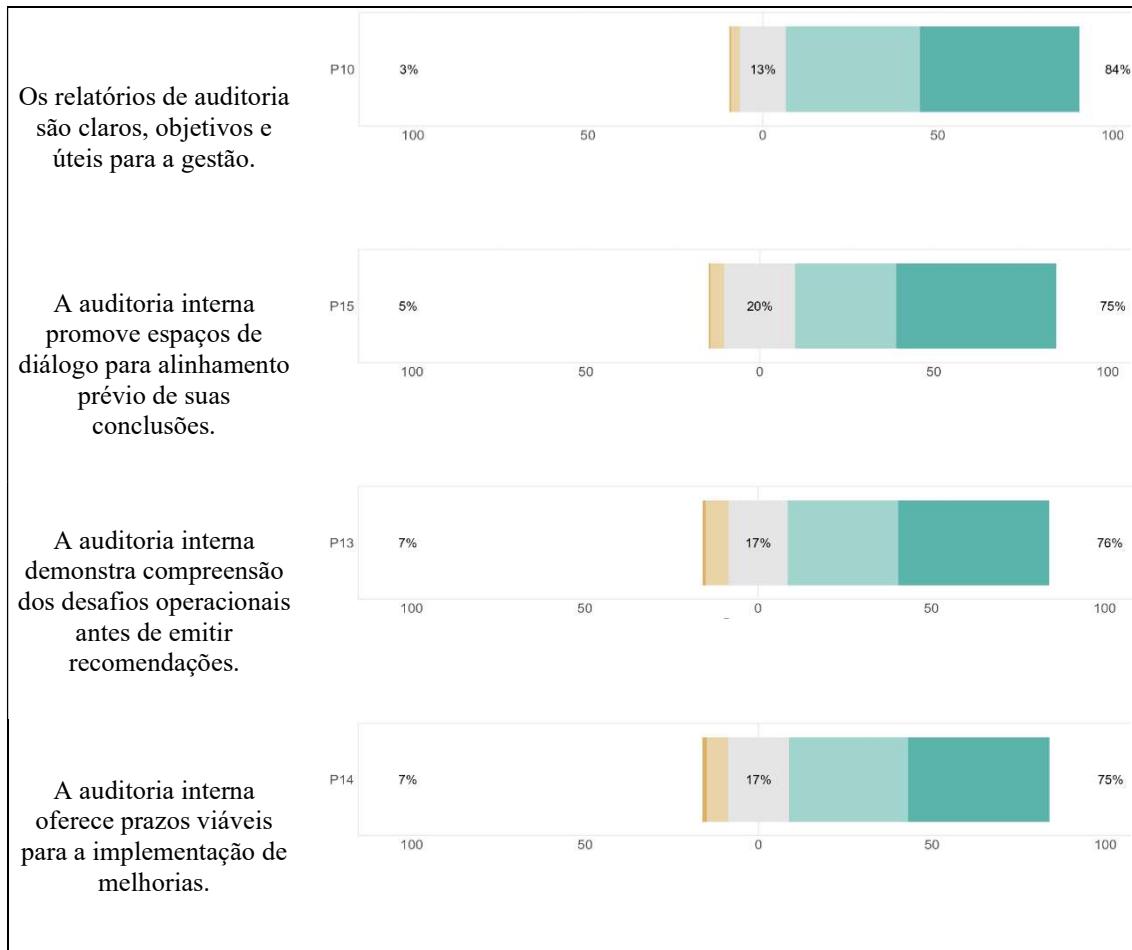




**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907



Fonte: CGM/AUDI

Análise de confiabilidade – Alpha de Conbrach

Para verificar a consistência interna dos constructos avaliados, foi calculado o coeficiente Alfa de Cronbach (α), considerando tanto os blocos temáticos quanto o conjunto total de itens referentes à percepção sobre a Auditoria Interna (P6 a P15).

Os resultados demonstram níveis elevados de confiabilidade em todos os constructos analisados, conforme apresentado a seguir:

Tabela 1 - Estatísticas de Confiabilidade da Escala Likert por Constructo

Estatísticas de confiabilidade de escala por constructos	Itens	Coeficiente α
Impacto e Valor	P6 a P9	0,875
Qualidade dos produtos	P10 e P11	0,808
Estilo e Atuação	P12 a P15	0,844
Percepção a Auditoria Interna	P6 a P15	0,906

Fonte: CGM/AUDI



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

A análise de confiabilidade por item confirma que nenhum dos itens compromete significativamente a consistência geral da escala. Os coeficientes variam entre 0,892 e 0,902, todos dentro do intervalo de alta confiabilidade, com intervalos de confiança de 95% estreitos.

Tabela 2 - Estatísticas de confiabilidade de itens individuais - Percepção da Auditoria Interna

Item	Estimativa	IC inferior a 95%	IC Superior a 95%
P6	0,9	0,877	0,924
P7	0,893	0,868	0,918
P8	0,902	0,878	0,926
P9	0,894	0,867	0,922
P10	0,892	0,864	0,919
P11	0,898	0,873	0,923
P12	0,896	0,868	0,923
P15	0,899	0,872	0,925
P14	0,901	0,873	0,928
P13	0,893	0,866	0,921

Fonte: CGM/AUDI

Análise dos Índices

A tabela apresenta os resultados de avaliação de três dimensões principais, por meio dos itens P6 a P15, com médias e desvios padrão, além dos índices consolidados por dimensão e do índice geral de percepção.

- Impacto e Valor (P6 a P9): média de 4,654 (desvio padrão 0,559). Esta dimensão apresenta os valores mais elevados, indicando percepção positiva consistente sobre a relevância e o valor das ações ou produtos avaliados. O menor desvio (P8, 0,534) evidencia forte concordância entre os respondentes.
- Qualidade dos Produtos (P10 e P11): média de 4,340 (desvio padrão 0,713). Os respondentes avaliam os produtos de forma positiva, embora com maior variabilidade em relação ao impacto, sugerindo pequenas diferenças na percepção sobre qualidade e acabamento.
- Estilo de Atuação (P12 a P15): média de 4,156 (desvio padrão 0,770). Apesar de positiva, esta dimensão apresenta a maior dispersão, especialmente nos itens P13 e P14 (0,975 e 0,976), indicando percepções divergentes sobre a forma de atuação, comunicação e condução das atividades.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditória Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

O índice geral, considerando todos os itens (P6 a P15), é de 4,392 (desvio padrão 0,591), confirmando uma percepção globalmente positiva. A análise consolidada permite concluir que os respondentes percebem claramente o valor das ações e a qualidade dos produtos, enquanto o estilo de atuação é o aspecto com maior variabilidade de percepção.

Tabela 3 – Estatísticas Descritivas dos Itens e Índices da Escala de Percepção sobre a Auditoria Interna

Aspectos	Item	Média	Desv. Padrão
Impacto e Valor	P8	4,78	0,534
Impacto e Valor	P6	4,759	0,56
Impacto e Valor	P9	4,556	0,793
Impacto e Valor	P7	4,522	0,72
Qualidade dos Produtos	P11	4,427	0,741
Estilo de Atuação	P12	4,293	0,878
Qualidade dos Produtos	P10	4,259	0,818
Estilo de Atuação	P15	4,159	0,924
Estilo de Atuação	P13	4,103	0,975
Estilo de Atuação	P14	4,065	0,976
Índice de Impacto	(P6 a P9)	4,654	0,559
Índice de Qualidade	(P10 e P11)	4,340	0,713
Índice de Atuação	(P12 a P15)	4,156	0,770
Índice Geral de Percepção	(P6 a P15)	4,392	0,591

Fonte: CGM/AUDI

Análise Transversal dos Índices versus Variáveis Categóricas

O objetivo desta análise foi verificar se os índices de Impacto e Valor, Qualidade dos Produtos, Estilo de Atuação e o Índice Geral de Percepção apresentam diferenças significativas em função de variáveis categóricas. Para isso, foi aplicado o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis.

Tabela 4 – Testes de Significância entre Variáveis Independentes e Constructos da Percepção sobre a Auditoria Interna (p-valores)

Variável Independente	p-Valor (Impacto)	p-Valor (Qualidade)	p-Valor (Atuação)	p-Valor (Percepção)
P3 (Tempo de Serviço)	0,992	0,479	0,265	0,580
P4 (Treinamento S/N)	0,902	0,280	0,493	0,547
P5 (Participou Auditoria)	0,174	0,287	0,409	0,417
Categoria de Cargo	0,228	0,432	0,155	0,163

Fonte: CGM/AUDI

Todos os p-valores são maiores que 0,05, indicando ausência de diferenças estatisticamente significativas entre os grupos analisados para qualquer um dos índices. Em outras palavras, tempo de serviço, treinamento, participação em auditoria ou categoria de cargo não impactam de forma significativa a percepção dos respondentes em relação ao impacto, qualidade ou estilo de atuação.

Esta análise sugere que a percepção sobre os itens avaliados é consistente independentemente das características dos respondentes, reforçando que as opiniões são homogêneas entre diferentes perfis de profissionais.

Análise da percepção da importância

A análise da questão P16 teve como objetivo identificar os temas considerados mais relevantes pelos respondentes quanto ao foco de atuação da auditoria interna. A tabela e o gráfico a seguir apresentam o ranking das médias atribuídas aos sete aspectos avaliados, permitindo observar a hierarquização das prioridades segundo a percepção dos participantes.

Os resultados indicam médias elevadas em todos os temas, variando de 4,525 a 4,838, o que demonstra uma avaliação consistentemente positiva. O aspecto “Prevenção e detecção de fraudes” (P16.3) obteve a maior média (4,838), seguido de “Conformidade com leis e regulamentos” (P16.5) e “Proteção do patrimônio público” (P16.4). Em sequência, aparecem “Confiabilidade das informações de gestão” (P16.2), “Gestão de riscos” (P16.7), “Eficiência e eficácia das operações” (P16.1) e “Governança corporativa” (P16.6), que apresentou a menor média relativa (4,525).

Os desvios padrão, entre 0,432 e 0,633, indicam baixa variabilidade nas percepções, o que reforça um consenso geral sobre a relevância de todos os temas avaliados. A maior dispersão foi observada em governança corporativa, o que pode refletir diferentes níveis de compreensão ou engajamento com este tema entre os respondentes.

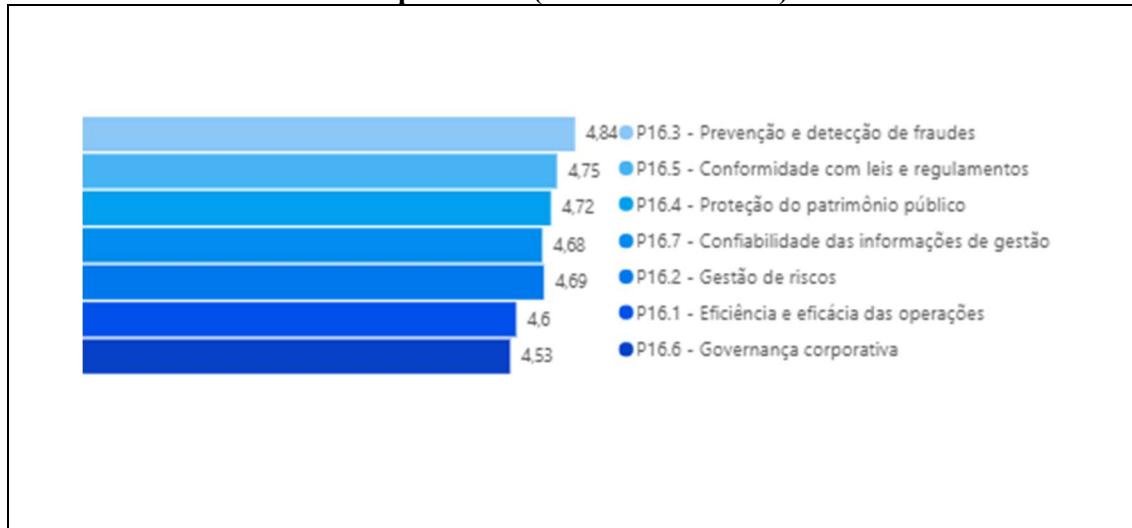
O gráfico de ranking ilustra visualmente essa distribuição, destacando os temas mais valorizados pelos respondentes e a proximidade entre as médias, o que reforça a percepção geral de alta importância atribuída a todos os aspectos analisados.

Tabela 5– Prioridade Percebida dos Temas de Atuação da Auditoria Interna (Ranking por Média)

Ranking	Tema	Média	Desv. Padrão
1º	P16.3 - Prevenção e detecção de fraudes	4,838	0,432
2º	P16.5 - Conformidade com leis e regulamentos	4,75	0,488
3º	P16.4 - Proteção do patrimônio público	4,721	0,542
4º	P16.2 - Confiabilidade das informações de gestão	4,688	0,499
5º	P16.7 - Gestão de riscos	4,679	0,587
6º	P16.1 - Eficiência e eficácia das operações	4,554	0,569
7º	P16.6 - Governança corporativa	4,525	0,633

Fonte: CGM/AUDI

Figura 9 – Ranking dos Temas de Atuação da Auditoria Interna segundo a Percepção dos Respondentes (Itens P16.1 a P16.7)



Fonte: CGM/AUDI

Análise dos GAPs (Expectativa x Desempenho Percebido)

A análise dos GAPs teve como objetivo comparar as médias de expectativa e de desempenho percebido, identificando eventuais diferenças entre o que os respondentes esperam da atuação da auditoria interna e como percebem seu desempenho efetivo nesses mesmos aspectos. Os resultados estão consolidados na tabela e representados no gráfico a seguir.

De modo geral, as variações identificadas apontam para percepções de desempenho inferiores às expectativas em quatro dos cinco temas analisados. Os maiores GAPs positivos foram identificados nos itens “Conformidade com leis e regulamentos”

(+0,452) e “Eficiência e eficácia das operações” (+0,320), indicando que nestes aspectos críticos a atuação da auditoria é percebida como estando significativamente abaixo do esperado pela administração.

Um GAP positivo relevante também foi verificado em “Confiabilidade das informações de gestão” (+0,280), reforçando que a necessidade dos gestores por informações confiáveis para a tomada de decisão não está sendo plenamente atendida na sua percepção. De forma similar, houve um desalinhamento menor, porém positivo, em “Gestão de Riscos” (+0,087).

Por outro lado, o tema “Governança corporativa” (-0,043) foi o único a apresentar um GAP negativo, indicando que o desempenho percebido pela administração atende ou supera ligeiramente suas expectativas iniciais, configurando-se como um ponto forte e de alinhamento estratégico.

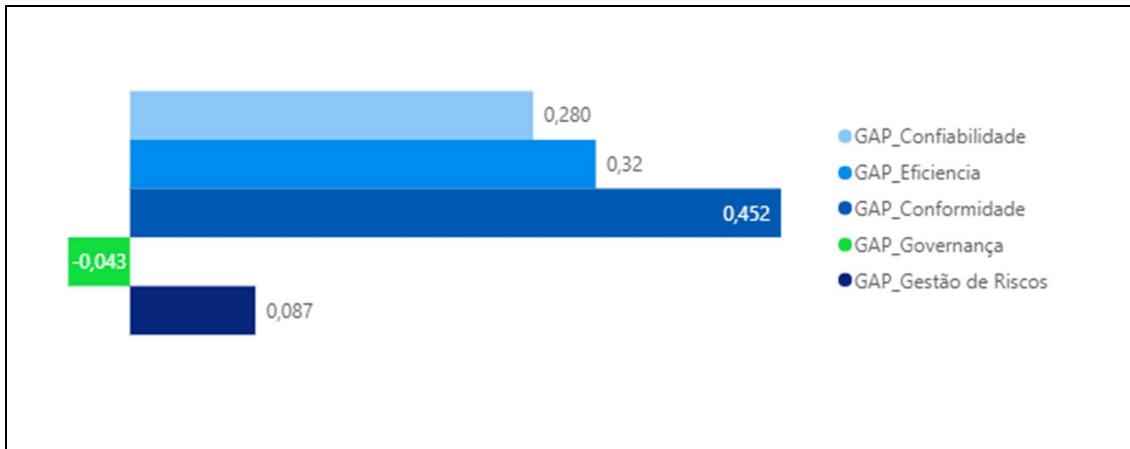
O gráfico de barras ilustra essas diferenças com clareza, permitindo visualizar a magnitude dos desalinhamentos e contribuindo para uma compreensão mais abrangente sobre a relação entre o desempenho percebido da auditoria interna e as expectativas dos seus stakeholders.

Tabela 6 – Análise dos GAPs entre Expectativa e Desempenho Percebido nos Temas da Auditoria Interna

GAP	Expectativa	Desempenho percebido	Valor Média (Expectativa) - Média (Desempenho Percebido)	Conclusão
Confiabilidade das informações	(P16.2): "Confiabilidade das informações de gestão"	P9 e P10	0,280	Percepção abaixo da expectativa
Eficiência e eficácia	P16.1 - Eficiência e eficácia das operações	P7, P13 e P14	0,320	Percepção abaixo da expectativa
Conformidade	P16.5 - Conformidade com leis e regulamentos	P12	0,452	Percepção abaixo da expectativa
Governança	P16.6 - Governança corporativa	P6, P8 e P15	-0,043	Percepção acima da expectativa
Gestão de Riscos	P16.7 - Gestão de riscos	P6 e P11	0,087	Percepção acima da expectativa

Fonte: CGM/AUDI

Figura 10 Análise dos GAPs entre Expectativa e Desempenho Percebido nos Temas da Auditoria Interna



Fonte: CGM/AUDI

8. Análise dos Resultados e Considerações Finais

A análise dos resultados demonstra um descompasso entre as expectativas e o desempenho percebido da auditoria interna, indicando que, embora bem avaliada, a atividade ainda não atende plenamente às áreas consideradas prioritárias pela administração.

Os resultados demonstram um alto nível de aprovação, com mais de 75% de concordância em todos os itens da escala Likert e um Índice Geral de Percepção de 4,392 de 5. Os itens relacionados ao Impacto e Valor obtiveram os maiores índices (média de 4,654), destacando-se a percepção de que a auditoria "agrega valor à gestão" e "contribui para a melhoria dos processos". A análise de confiabilidade confirma a consistência interna dos constructos avaliados, conferindo credibilidade aos resultados. Além disso, a percepção é homogênea, não variando significativamente em função do tempo de serviço, cargo, treinamento ou experiência prévia com auditorias.

A comparação entre a importância atribuída aos temas estratégicos e o desempenho percebido evidencia esse descompasso entre expectativa e resultado, revelando um cenário que exige maior alinhamento entre as prioridades da administração e o foco da auditoria interna.

Foram identificados GAPs positivos significativos em Conformidade (+0,452), Eficiência e Eficácia (+0,320) e Confiabilidade das Informações (+0,280), indicando que a auditoria não está atendendo às expectativas da administração nestas áreas essenciais. Em contraste, o tema Governança Corporativa (-0,043) apresenta um GAP negativo, demonstrando que o desempenho percebido supera as expectativas neste pilar estratégico.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

O ranking de importância definido pela administração (1º Prevenção de Fraudes, 2º Conformidade, 3º Proteção do Patrimônio) demonstra uma visão que prioriza o papel tradicional de "guardiã e fiscal" da auditoria. No entanto, os GAPs positivos justamente nestas áreas consideradas prioritárias pela administração revelam uma lacuna de credibilidade nas funções consideradas essenciais.

Conclui-se que embora a auditoria interna demonstre competência em temas estratégicos modernos como Governança, não está sendo percebida como atendendo adequadamente às expectativas em suas funções clássicas de controle e conformidade.

Para superar os desafios identificados e fortalecer sua posição institucional, a auditoria interna deve adotar três ações prioritárias: corrigir as lacunas mais críticas em Conformidade e Eficiência Operacional, tornando suas ações mais visíveis e eficazes; aproveitar seu reconhecido em Governança para ampliar sua atuação estratégica; e estabelecer um diálogo permanente com a administração para alinhar expectativas e demonstrar, seu valor como função que combina fiscalização com melhoria contínua. O desafio vai além de ajustes pontuais, trata-se de uma evolução estratégica que permita à auditoria atender, de forma equilibrada, tanto às demandas da administração quanto aos propósitos da auditoria moderna.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

1. ANEXO I – SECRETARIAS, ÓRGÃOS E ENTIDADES

SECRETARIAS

Sigla	Nome da Instituição
CC	<u>Casa Civil</u>
CGM	<u>Controladoria Geral do Município</u>
PGM	<u>Procuradoria Geral do Município</u>
SGM	<u>Secretaria de Governo Municipal</u>
SF	<u>Secretaria Municipal da Fazenda</u>
SMPED	<u>Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência</u>
SMS	<u>Secretaria Municipal da Saúde</u>
SMSUB	<u>Secretaria Municipal das Subprefeituras</u>
SMADS	<u>Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social</u>
SMC	<u>Secretaria Municipal de Cultura</u>
SMDET	<u>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho</u>
SMDHC	<u>Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania</u>
SME	<u>Secretaria Municipal de Educação</u>
SEME	<u>Secretaria Municipal de Esportes e Lazer</u>
SEGES	<u>Secretaria Municipal de Gestão</u>
SEHAB	<u>Secretaria Municipal de Habitação</u>
SIURB	<u>Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras</u>
SMIT	<u>Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia</u>
SMJ	<u>Secretaria Municipal de Justiça</u>
SMT	<u>Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito</u>
SMRI	<u>Secretaria Municipal de Relações Internacionais</u>
SMSU	<u>Secretaria Municipal de Segurança Urbana</u>
SMTUR	<u>Secretaria Municipal de Turismo</u>
SMUL	<u>Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento</u>
SVMA	<u>Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente</u>
SEPLAM	<u>Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência (Redação dada pela Lei nº 18.231/2025)</u>

Fonte: LEI N° 16.974, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

SECRETARIAS EXECUTIVAS

SECOM	<u>Secretaria Especial de Comunicação</u>
SEDP	<u>Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias</u>
SELIMP	<u>Secretaria Executiva de Limpeza Urbana</u>
SECLIMA	<u>Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas</u>
SEPEP	<u>Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias</u>
SEPE	<u>Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos</u>



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

SEPM	<u>Secretaria Executiva do Programa Mananciais</u>
SERI	<u>Secretaria Executiva de Relações Institucionais</u>
SESANA	<u>Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento</u>
SETRAM	<u>Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana</u>

SUBPREFEITURAS

Sigla	Nome da Instituição
SUBAF	<u>Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão</u>
SUBBT	<u>Subprefeitura Butantã</u>
SUBCL	<u>Subprefeitura Campo Limpo</u>
SUBCS	<u>Subprefeitura Capela do Socorro</u>
SUBCV	<u>Subprefeitura Casa Verde/Limão/Cachoeirinha</u>
SUBAD	<u>Subprefeitura Cidade Ademar</u>
SUBCT	<u>Subprefeitura Cidade Tiradentes</u>
SUBEM	<u>Subprefeitura Ermelino Matarazzo</u>
SUBFO	<u>Subprefeitura Freguesia/Brasilândia</u>
SUBG	<u>Subprefeitura Guaianases</u>
SUBIP	<u>Subprefeitura Ipiranga</u>
SUBIT	<u>Subprefeitura Itaim Paulista</u>
SUBIQ	<u>Subprefeitura Itaquera</u>
SUBJA	<u>Subprefeitura Jabaquara</u>
SUBJT	<u>Subprefeitura Jaçanã/Tremembé</u>
SUBLA	<u>Subprefeitura Lapa</u>
SUBMB	<u>Subprefeitura M'Boi Mirim</u>
SUBMO	<u>Subprefeitura Mooca</u>
SUBPA	<u>Subprefeitura Parelheiros</u>
SUBPE	<u>Subprefeitura Penha</u>
SUBPR	<u>Subprefeitura Perus/Anhanguera</u>
SUBPI	<u>Subprefeitura Pinheiros</u>
SUBPJ	<u>Subprefeitura Pirituba/Jaraguá</u>
SUBST	<u>Subprefeitura Santana/Tucuruvi</u>
SUBSA	<u>Subprefeitura Santo Amaro</u>
SUBSP	<u>Subprefeitura Sapopemba</u>
SUBSM	<u>Subprefeitura São Mateus</u>
SUBMP	<u>Subprefeitura São Miguel Paulista</u>
SUBSE	<u>Subprefeitura Sé</u>
SUBMG	<u>Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme</u>
SUBVM	<u>Subprefeitura Vila Mariana</u>
SUBVP	<u>Subprefeitura Vila Prudente</u>



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

Fonte: LEI Nº 13.399, DE 1º DE AGOSTO DE 2002

OUTROS ÓRGÃOS

Comissões e Comitês	
Sigla	Nome da Instituição
CAIEPS	<u>Comissão de Análise Integrada de Edificações e Parcelamento do Solo</u>
CAEHIS	<u>Comissão de Análise de Empreendimentos de Habitação de Interesse Social</u>
CEUSO	<u>Comissão de Edificações e Uso do Solo</u>
CEC	<u>Comissão de Entendimentos com Concessionárias</u>
CECMH	<u>Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação</u>
CPPU	<u>Comissão de Proteção à Paisagem Urbana</u>
Comitê PopRua	<u>Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua</u>

Conselhos e Fundos	
Sigla	Nome da Instituição
CADES-SP	<u>Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</u>
Conselho Juventude	<u>Conselho de Gestão da Coordenação de Políticas para Juventude</u>
	<u>Conselho de Atenção à Diversidade Sexual</u>
	<u>Conselho Municipal de Políticas LGBT</u>
	<u>Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool</u>
CMH	<u>Conselho Municipal de Habitação</u>
CMPD	<u>Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência</u>
CMPU	<u>Conselho Municipal de Política Urbana</u>
CMS	<u>Conselho Municipal de Saúde</u>
CMT	<u>Conselho Municipal de Tributos</u>
COMAS	<u>Conselho Municipal de Assistência Social</u>
COMTUR	<u>Conselho Municipal de Turismo</u>
CONPRESP	<u>Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo</u>
FUMCAD	<u>Fundo Municipal da Criança e do Adolescente</u>
FUNDURB	<u>Fundo de Desenvolvimento Urbano</u>
GCMI	<u>Grande Conselho Municipal do Idoso</u>

Autarquias	
Sigla	Nome da Instituição
*AHM	<u>Autarquia Hospitalar Municipal</u>
HSPM	<u>Hospital do Servidor Público Municipal</u>



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

IPREM	<u>Instituto de Previdência Municipal</u>
SP Regula	<u>Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo</u>

*A AHM foi extinta em julho de 2020, conforme artigo 45 da lei 17.433/2020, (29/07/2020)

Fundações	
Sigla	Nome da Instituição
FPETC	<u>Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia</u>
FTMSP	<u>Fundação Theatro Municipal de São Paulo</u>

Empresas	
Sigla	Nome da Instituição
*ADESAMPA	<u>Agência São Paulo de Desenvolvimento</u>
CET	<u>Companhia de Engenharia e Tráfego</u>
COHAB	<u>Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo</u>
PRODAM	<u>Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo</u>
SPDA	<u>Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos</u>
SPCINE	<u>Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo</u>
SP Negócios	<u>São Paulo Negócios</u>
SP Obras	<u>São Paulo Obras</u>
SP Parcerias	<u>São Paulo Parcerias</u>
SP TRANS	<u>São Paulo Transporte</u>
SP TURIS	<u>São Paulo Turismo</u>
SP Urbanismo	<u>São Paulo Urbanismo</u>

*ADESAMPA é um Serviço Social Autônomo, criado pela Lei Municipal nº 15.838, de 4 de julho de 2013.

Outros Órgãos	
Sigla	Nome da Instituição
ABAST	<u>Supervisão Geral de Abastecimento</u>
EMASP	<u>Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo</u>
GCM	<u>Guarda Civil Metropolitana</u>
OUVIDORIA	<u>Ouvidoria Geral do Município de São Paulo</u>
	<u>Defesa Civil</u>

Fonte: <https://capital.sp.gov.br/web/comunicacao/w/organizacao/192643>

2. ANEXO II – OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

Ofício nº XXX/2025

Assunto: Solicitação de Participação em Pesquisa – Percepção da Qualidade da Auditoria Interna

São Paulo, [data].

À Sua Senhoria,

Titular da Unidade/Entidade

A Auditoria Geral do Município (AUDI) vem, respeitosamente, solicitar a colaboração de Vossa Senhoria no preenchimento do Questionário de Percepção da Qualidade da Auditoria Interna, anexo ao presente ofício.

Objetivo da Pesquisa:

O levantamento tem como finalidade avaliar a eficácia, relevância e impacto das atividades de auditoria interna nos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), visando:

- Identificar oportunidades de melhoria nos processos de auditoria;
- Alinhar as ações da CGM/AUDI às necessidades estratégicas das unidades;
- Fortalecer a governança, gestão de riscos e controles internos.

Instruções para Participação:

1. Público-alvo: Titulares de cargos de Secretário, Chefe de Gabinete, Coordenador ou equivalente.
2. Formulário: Disponível em formato digital através do link: <https://forms.office.com/XXXX>
3. Prazo: Solicitamos o preenchimento até XX/06/2024.

Estrutura do Questionário:

- Seção 1: Perfil do respondente (cargo, tempo de serviço, experiência com auditoria).
- Seção 2: Percepção sobre o impacto, qualidade e temas prioritários da auditoria interna (escala de concordância).

Importância da Contribuição:

Sua participação é fundamental para orientar o planejamento estratégico da CGM/AUDI e garantir que os trabalhos atendam às demandas reais da gestão municipal. Para dúvidas ou dificuldades no acesso, favor contatar: e-mail - auditoriacgm@prefeitura.sp.gov.br (incluir no assunto – *Pesquisa sobre Percepção da Qualidade da Auditoria Interna*)

Telefone - (11) 3334-7417.

Agradecemos desde já pela atenção e colaboração.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

**CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO**

Auditoria Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

Atenciosamente,

Nome do titular

Auditoria Geral do Município de São Paulo



CIDADE DE SÃO PAULO CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

3. ANEXO III - QUESTIONÁRIO – PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DA AUDITORIA INTERNA

Carta de apresentação do questionário

Prezado(a),

A Auditoria Geral do Município (AUDI) convida você a participar desta importante pesquisa sobre a Percepção da Qualidade da Auditoria Interna na gestão municipal. Seu tempo e opinião são valiosos para:

- ✓ Avaliar o impacto dos trabalhos de auditoria
 - ✓ Identificar oportunidades de melhoria
 - ✓ Orientar o planejamento estratégico da auditoria
 - ✓ Por que participar?

Suas respostas ajudarão a:

- ✓ Fortalecer os processos de governança
 - ✓ Melhorar a gestão de riscos e controles internos
 - ✓ Alinhar as auditorias às necessidades reais da administração

Dados importantes:

Tempo estimado: 10-15 minutos

Prazo de resposta: até XX/XX/2025

Como proceder:

1. Responda com sinceridade todas as seções
 2. Utilize a escala de "Discordo totalmente" a "Concordo totalmente" quando aplicável
 3. Ao final, clique em "Enviar"

Agradecemos sua colaboração! Sua voz é essencial para construirmos uma gestão pública mais eficiente e transparente.

Auditoria

General

do

Município

auditoriacgm@prefeitura.sp.gov.br

(11) 3334-7417

Secção 01: Perfil do Respondente

1. Qual seu órgão/secretaria de lotação?

 - () Secretaria de Finanças
 - () Secretaria de Saúde



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

- () Secretaria de Educação
- () Outros: _____

2. Qual seu cargo/função?

- () Secretário
- () Chefe de gabinete
- () Coordenador

3. Tempo de serviço no setor público:

- () Menos de 2 anos
- () 2 a 5 anos
- () 6 a 10 anos
- () Mais de 10 anos

4. Você já recebeu treinamento ou capacitação sobre auditoria interna?

- () Sim
- () Não
- () Não lembro

5. Em sua trajetória na PMSP, você já participou de algum processo de auditoria, seja na secretaria/gabinete atual ou em outra unidade em que tenha atuado anteriormente?

- () Sim
- () Não
- () Não lembro

Seção 2 - Percepção sobre a Auditoria Interna

***(Escala: "Discordo totalmente" a "Concordo totalmente") ***

Subseção 2.1: Impacto e Valor da Auditoria Interna

1. A auditoria interna contribui para a melhoria dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos no órgão.
 - () Discordo Totalmente
 - () Discordo Parcialmente
 - () Não tenho opinião



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditória Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

- () Concordo Parcialmente
() Concordo Totalmente
2. As recomendações da auditoria interna são implementadas pela gestão e trazem melhorias concretas.
() Discordo Totalmente
() Discordo Parcialmente
() Não tenho opinião
() Concordo Parcialmente
() Concordo Totalmente
3. A atividade de auditoria interna agrega valor à gestão.
() Discordo Totalmente
() Discordo Parcialmente
() Não tenho opinião
() Concordo Parcialmente
() Concordo Totalmente
4. Os trabalhos de auditoria interna auxilia na tomada de decisões estratégicas.
() Discordo Totalmente
() Discordo Parcialmente
() Não tenho opinião
() Concordo Parcialmente
() Concordo Totalmente

Subseção 2.2: Qualidade dos Produtos da Auditoria

5. Os relatórios de auditoria são claros, objetivos e úteis para a gestão.
() Discordo Totalmente
() Discordo Parcialmente
() Não tenho opinião
() Concordo Parcialmente
() Concordo Totalmente
6. Os trabalhos da auditoria interna abordam temas relevantes e prioritários para o órgão.
() Discordo Totalmente
() Discordo Parcialmente
() Não tenho opinião
() Concordo Parcialmente
() Concordo Totalmente

Subseção 2.3: Foco Estratégico da Auditoria Interna



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

7. Indique o quanto você considera importante que a auditoria interna priorize os seguintes temas:

Tema	Discordo Totalment e	Discordo Parcialment e	Não tenho opiniã o	Concordo Parcialment e	Concordo Totalment e
Eficiência e eficácia das operações	()	()	()	()	()
Confiabilidad e das informações de gestão	()	()	()	()	()
Prevenção e detecção de fraudes	()	()	()	()	()
Proteção do patrimônio público	()	()	()	()	()
Conformidad e com leis e regulamentos	()	()	()	()	()
Governança corporativa	()	()	()	()	()
Gestão de riscos	()	()	()	()	()



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 nov. 2022.

INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL. Disponível em: <https://iibrasil.org.br/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SÃO PAULO (Município). DECRETO Nº 62.809 DE 3 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre a reorganização da Controladoria Geral do Município – CGM e altera o quadro de cargos de provimento em comissão do órgão, bem como introduz alterações e revoga disposições do Decreto nº 59.496, de 8 de junho de 2020. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-62809-de-3-de-outubro-de-2023>. Acesso em: 16 out. 2025.

SÃO PAULO (Município). LEI Nº 15.764 DE 27 DE MAIO DE 2013. Dispõe sobre a criação e alteração da estrutura organizacional das Secretarias Municipais que especifica, cria a Subprefeitura de Sapopemba e institui a Gratificação pela Prestação de Serviços de Controladoria. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15764-de-27-de-maio-de-2013>. Acesso em: 16 out. 2025.

SÃO PAULO (Município). LEI Nº 16.974 DE 23 DE AGOSTO DE 2018. Dispõe sobre a organização da Administração Pública Municipal Direta, a criação, alteração de denominação e extinção dos órgãos que especifica, bem como a criação e alteração de cargos de provimento em comissão e de funções de confiança. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16974-de-23-de-agosto-de-2018>. Acesso em: 16 out. 2025.

SÃO PAULO (Município). LEI Nº 13.399, DE 1º DE AGOSTO DE 2002. Dispõe sobre criação de Subprefeituras no Município de São Paulo, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13399-de-01-de-agosto-de-2002>. Acesso em: 16 out. 2025.

SÃO PAULO (Município). LEI Nº 17.433, DE 29 DE JULHO DE 2020. Dispõe sobre a reorganização da Administração Pública Municipal Indireta, na forma que especifica, incluindo a criação e extinção de entidades e a criação, transferência, alteração e extinção de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções admitidas, bem como a criação de empregos públicos. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17433-de-29-de-julho-de-2020>. Acesso em: 16 out. 2025.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO

Auditoria Geral do Município

Rua Líbero Badaró, 293, 19º andar – Edifício Conde Prates – CEP 01009-907

SÃO PAULO (Município). LEI Nº 15.838, DE 4 DE JULHO DE 2013, Autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência São Paulo de Desenvolvimento - ADE SAMPA; institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Tecnológicas - VAI TEC, no âmbito da ADE SAMPA. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15838-de-04-de-julho-de-2013>. Acesso em: 17 out. 2025.

COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. *Internal Control – Integrated Framework: 2013 Update*. Disponível em: <https://www.coso.org/guidance-on-ic>. Acesso em: 16 out. 2025.

ARAÚJO, N. R. S.; LABURÚ, C. E. *Uma análise da validação e confiabilidade da Escala de Opiniões da Seleção de Experimentos de Química (EOSEQ)*. Epec – Revista de Educação em Ciências e Química, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 199-220, 2009. DOI: 10.1590/1983-2117.2009v11n2p199-220. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/YrbqLZZcTXWXQgkPJGvLgd/?lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2025.

BORGES, G.; KLEIN, L. L. *A Qualidade da Auditoria Interna em Instituições Federais de Ensino Brasileiras: Uma análise segundo a percepção dos integrantes das auditorias internas e da alta gestão*. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (EBAP), 9., 2022, São Paulo. São Paulo: Sociedade Brasileira de Administração Pública, 2022. ISSN: 2594-5688. Disponível em: <https://sbap.org.br/>. Acesso em: 16 out. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE INTERNO (CONACI). Resolução CONACI nº 003/2022: Aprova a “Declaração de Posicionamento” dos Órgãos Centrais do Sistema de Controle Interno, relacionado à temática da Atividade de “Auditoria Interna Governamental”. Porto Velho, RO, 1 jul. 2022. Disponível em: www.conaci.org.br. Acesso em: 16 out. 2025.

DINIZ, Francisco Ferreira; SALES, Emerson Nogueira. *A percepção dos auditores e dos auditados sobre o trabalho da auditoria interna em uma empresa estatal federal*. RAGC – Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade, v. 6, n. 25, 30 nov. 2018. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/1435>. Acesso em: 16 out. 2025.

FINCK, R. Auditoria Interna: *Percepção de sua importância como ferramenta de gestão*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2019.

SILVA, A. G. *A percepção de gestores sobre as práticas da Auditoria Interna em uma instituição financeira pública*. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2015.

COSTA JÚNIOR, João F.; CABRAL, Eric L. S.; SOUZA, Rosana C.; BEZERRA, Diogo de M. C.; SILVA, Polyana T. F. *Um estudo sobre o uso da Escala de Likert na coleta de dados qualitativos e sua correlação com as ferramentas estatísticas*. Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 17, n. 1, p. 360-376, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/cles/article/view/4009>. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). *Feedback da Alta Gestão* [relatório]. Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ). Disponível em: <https://www.gov.br/cgu>. Acesso em: 16 out. 2025.

JASP TEAM. JASP (Version 0.95.1) [Computer software]. Amsterdam: University of Amsterdam, 2021. Disponível em: <https://jasp-stats.org>. Acesso em: 17 out. 2025.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. *Estatística sem matemática para psicologia*. 7. ed. Porto Alegre: Penso, 2019.

FISHER, R. A. *Statistical Methods for Research Workers*. Edinburgh: Oliver & Boyd, 1925.

KRUSKAL, W. H.; WALLIS, W. A. Use of ranks in one-criterion variance analysis. *Journal of the American Statistical Association*, v. 47, n. 260, p. 583–621, 1952.

LEVENE, H. Robust tests for equality of variances. In: OLKIN, I. et al. (Eds.). *Contributions to Probability and Statistics: Essays in Honor of Harold Hotelling*. Stanford: Stanford University Press, 1960. p. 278–292.

SHAPIRO, S. S.; WILK, M. B. An analysis of variance test for normality (complete samples). *Biometrika*, v. 52, n. 3/4, p. 591–611, 1965.